

**UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS**

**PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PROATIVA E RESILIÊNCIA DAS RODOVIAS DO
ESTADO DA BAHIA
PRO-RODOVIAS**

COMPONENTE 3 – MELHORIAS SEGURAS E RESILIENTES DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
SUBCOMPONENTE 3.3 – MELHOR ACESSO AO TRANSPORTE DURANTE TODO O ANO EM TRÊS ÁREAS
SELECIONADAS DA BAHIA

MELHORAMENTOS NAS ESTRADAS VICINAIS
**Operacionalização dos processos participativos para a escolha de trechos de
estradas vicinais e implementação do projeto.**

JANEIRO/2025

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

1) INTRODUÇÃO

A Bahia possui uma rede capilarizada de estradas vicinais que atende as áreas isoladas do estado e liga as comunidades pequenas e mais pobres aos mercados e serviços sociais. Essas estradas rurais são cruciais para que os produtores rurais possam levar sua produção aos mercados e consumidores. Normalmente, ao contrário de outros estados da federação, a exemplo de São Paulo, tratam-se de estradas não pavimentadas com condições geométricas reduzidas e poucas ou nulas estruturas de drenagem que, praticamente, não recebem manutenção.

A SEINFRA, no âmbito do PRO-RODOVIAS, pretende executar novo projeto voltado para a execução de obras em estradas vicinais de municípios reunidos em Consórcios Intermunicipais, tendo como objetivos: **a melhoria das condições de tráfego ao longo de todo o ano nas estradas municipais (rurais) não pavimentadas; a ampliação do grau de acesso dos produtores ao mercado e o alcance de níveis maiores de mobilidade por parte dos moradores do entorno do projeto viabilizando o acesso das comunidades à escola e serviços de saúde.** É relevante o fato de que as parcerias com Consórcios Públicos Intermunicipais na Bahia adotam, como propósito subsidiário, a oportunidade de aperfeiçoamento da capacidade dos organismos locais para que esses possam se encarregar das atividades de manutenção das obras no futuro, o que equivale ao **compartilhamento de custos das intervenções entre o setor público estadual e o sistema local de governança.**

Esse trabalho almeja apresentar procedimentos relacionados a estruturação e metodologia que deverá ser utilizada nos processos participativos que conduzirão à escolha dos trechos pela população das cidades-alvo da intervenção do projeto. Também, busca o aprimoramento, do ponto de vista técnico, de procedimentos de avaliação prévia do grau de elegibilidade do rol de obras levantado em cada município, de modo a evitar-se vieses de seleção que comprometam a razoabilidade de se executar determinadas soluções. A intervenção desse projeto abrangerá os **51 municípios** reunidos nos seguintes Consórcios Intermunicipais: **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina (CIDCD) – Chapada Forte, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco (CONSTESF), Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul (CIAPRA) – Baixo Sul.** A razão da sua escolha e uma breve caracterização dos territórios dos Consórcios são apresentadas no ANEXO I dessa Proposta.

Foram contempladas algumas lições aprendidas pela SEINFRA ao longo do período de execução do Componente 3 (Estradas Vicinais) do II Programa de Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais da Bahia-PREMAR2 (2016-2022), que englobou, uma etapa inicial de realização das consultas públicas em 64 municípios organizados em 4 Consórcios Públicos Intermunicipais, seguindo-se, pela ordem, das fases de diagnósticos de campo dos trechos elegíveis, elaboração dos projetos e, por fim, a execução das obras. Essas inovações dizem respeito ao aprimoramento da análise de campo contida na fase de TRIAGEM E AVALIAÇÃO das rodovias selecionadas nas consultas públicas (identificando possíveis desvios dos objetivos das intervenções, como a localização dos trechos na área do município atendido ,a presença de povoados ao longo da via, o beneficiamento indevido a propriedades privadas, dentre outros) e à formalização de uma

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

maior participação dos consórcios e prefeituras em todo o processo de intervenção conforme indicado no Item 3 abaixo.

O Projeto Vicinais se constitui em um todo articulado, constituído de diversos blocos que compreende as etapas de preparação (elaboração de estudos que possam compor modelo de planejamento logístico), execução, gestão do projeto, processo integral de articulação institucional, definição adequada de critérios para seleção/priorização de trechos de estradas vicinais. Ademais, uma série de serviços de apoio de fundamental importância para que a iniciativa se revista de êxito deve ser levada em conta, tais como alocação de recursos humanos, documentação permanente ao longo do período de execução do projeto, feedback e devolutivas à sociedade e parceiros institucionais, além do tratamento específico de áreas que contam com comunidade indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, amparado em indicadores robustos de avaliação/monitoramento e alinhado às diretrizes do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

2) DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR MUNICÍPIO

No que concerne à estimativa do volume de recursos envolvidos no projeto, tomando-se alguns parâmetros utilizados para a distribuição de valores entre os 51 municípios abrangidos, adequando-os às dimensões do atual projeto, foi feita a estimativa apresentada a seguir a partir da fórmula abaixo discriminada (Quadro 1)¹.

Quadro 1. Fórmula para Cálculo de Distribuição de Recursos – Intervenções em Estradas Vicinais

$R = A + (B \times \text{Área Padronizada} + C \times \text{População Padronizada} + D \times \text{Inversão de IFDM padronizada}) \times ((OT - F \times M) / M)$, onde:

R = Recursos para o Município;

A = Piso em RS;

B = Peso conferido à área;

C = Peso conferido à população;

D = Peso conferido ao IDH;

OT = Orçamento Total;

F = Somatório dos Pisos por município;

M = Número de Municípios.

Deve-se ressaltar que os valores distribuídos serão estimados conforme o número de municípios filiados aos consórcios até a data limite estabelecida no projeto para o reconhecimento do status final de composição estatutária (30/06/2023). Os valores podem ser revistos e/ou redistribuídos

¹ Para a primeira versão deste trabalho, foram utilizados valores orçados para os consórcios contemplados com recursos do PREMAR2, compatibilizando-os com as dimensões do novo conjunto de municípios que serão beneficiados. Os pesos dos projetos, vigas e obras inseridos no cômputo foram obtidos a partir de valores históricos dos projetos em curso do PREMAR2, tendo sido utilizado o dólar de 5,2 vigente em 22/09/2021.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
 SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

em caso de saída por desfiliação de municípios do quadro estatutário de um Consórcio.

3) COMPROMISSOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA ACEITAÇÃO AO PROJETO

A concordância dos municípios e dos consórcios para o recebimento das obras implica na formalização de contrapartidas orientadas ao suporte à gestão do projeto, à articulação, ao apoio e à publicidade institucional, nas fases de mobilização e ausculta popular, execução de levantamentos técnicos de campo e execução de obras e, por fim, no comprometimento na manutenção dos dispositivos instalados nas rodovias.

Essa concordância deverá efetuar-se por meio de **TERMO DE COMPROMISSO**, firmado entre a SEINFRA e o Consórcio Público, como representante dos municípios. Dessa forma, temos abaixo a seguinte **matriz de responsabilidades para consórcios e municípios**:

ETAPA DO PROJETO	ATIVIDADE
PREPARAÇÃO	Participar das reuniões de preparação e ajuste do projeto com equipe da SEINFRA: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 reunião geral com Presidente e Secretários Gerais dos Consórcios na sede da SEINFRA ✓ 1 reunião por consórcio, na sede de cada consórcio, com a presença de representantes dos municípios membros.
	Identificar todas as comunidades rurais do município, com destaque para povos tradicionais (quilombolas, pesqueiros, marisqueiros, extrativistas, comunidades de fundo de pasto, entre outros).
	Prestar informações preliminares sobre o município: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Presença e localização de comunidades tradicionais ✓ Escoamento de produção agropecuária ou mineral ✓ Estimativa demográfica ✓ Rotas de transporte escolar e ambulâncias ✓ Localização de unidades escolares e de saúde ✓ Iniciativas produtivas coletivas ou empreendimentos
	Apoiar a SEINFRA na atualização de mapas e outros instrumentos
	Validar plano de trabalho e versão final do TERMO DE COMPROMISSO.
	Assinar TERMO DE COMPROMISSO na sede da SEINFRA
MOBILIZAÇÃO	Garantir a publicidade das consultas públicas, o que pode incluir: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Publicação de notícias e chamamentos em jornais, folhetos e outros documentos escritos ✓ Divulgação em rádios locais e comunitárias ✓ Divulgação em sites e outras mídias sociais locais e regionais ✓ Manter contato com lideranças e instituições locais, principalmente sindicatos e associações rurais e representantes das comunidades tradicionais

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Visitar vilas e comunidades <p>Atuar na garantia das condições de participação dos cidadãos e instituições interessados, especialmente comunidades tradicionais.</p> <p>Atuar no incentivo à participação das mulheres, especialmente aquelas que atuam na liderança de projetos socioeconômicos comunitários</p> <p>Apresentar documentação e registros comprobatórios da ampla divulgação em TODAS as comunidade e grupos rurais atendidos por vicinais no município.</p> <p>Registrar eventuais manifestações e diálogos sobre o projeto com o público-alvo, incluindo as respostas às dúvidas, sugestões ou reclamações, dando ciência das ocorrências à SEINFRA</p>
CONSULTAS PÚBLICAS	<p>Assegurar local para a realização da Consulta Pública em cada município consorciado, na data e horário acordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizado na sede ou em local amplamente conhecido e de fácil acesso ✓ Estrutura com condições sanitárias e de conforto para abrigar a população esperada ✓ Preferencialmente com fornecimento de água potável <p>Atuar para garantir a participação de todos, assegurando ou articulando-se com lideranças e instituições locais na oferta de transporte ida-volta ao local da consulta pública, bem como na redução das restrições à participação feminina</p> <p>Comprometer-se com a igualdade de participação e de manifestação entre todos os presentes, concordando com a condução da consulta pública pela SEINFRA</p>
EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTOS TÉCNICOS E OBRAS	<p>Prestar apoio às empresas contratadas especialmente quanto à:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilização de mão de obra ✓ Obtenção de alvarás e licenças sob sua responsabilidade ✓ Relacionamento com proprietários de áreas rurais, comunidades e instituições locais <p>Registrar eventuais manifestações da população e lideranças sobre os serviços de engenharia, incluindo as respostas às dúvidas, sugestões ou reclamações, dando ciência das ocorrências à SEINFRA</p> <p>Prestar apoio logístico ou de informação à equipe da SEINFRA no monitoramento dos serviços de campo, se for necessário.</p>
MANUTENÇÃO DOS RESULTADOS	<p>Comprometer-se com a garantia da eficiência das obras realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar vistoria permanente dos dispositivos de drenagem instalados, responsabilizando-se pela sua limpeza, manutenção e sinalização após recebimento das obras

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

	<ul style="list-style-type: none">✓ Acompanhar a recuperação de eventuais danos ambientais ocorridos na fase de obras, em apoio à SEINFRA✓ Executar a manutenção preventiva permanente na rodovia rural, com especial atenção aos dispositivos de segurança viária instalados✓ Participar dos cursos e treinamentos voltados para a gestão socioambiental e a segurança viária oferecidos no âmbito do projeto
--	--

4) CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE TRECHOS DAS ESTRADAS RURAIS

Em linhas gerais, o projeto apoia a melhoria da acessibilidade das estradas rurais alimentadoras, por meio da execução de obras voltadas à eliminação de pontos críticos relacionados à drenagem da plataforma em estradas municipais selecionadas na área rural dos 51 municípios reunidos nos consórcios intermunicipais Baixo Sul, Chapada Diamantina e Sertão do São Francisco, o que envolveria:

- ✓ Substituição de pontes de madeira pouco seguras por pontes de concreto padronizadas ou construção de pontes em pontos aonde não existem;
- ✓ Construção e/ou reconstrução de bueiros e drenagem longitudinal;
- ✓ Construção de passagens molhadas;
- ✓ Eliminação de locais de atoleiro e soluções adicionais a serem definidas como a possibilidade de encascalhamento e selagem sistemáticos/bloquetes/paralelepípedos;
- ✓ Melhoria de greide;
- ✓ Sinalização dos dispositivos implantados e segurança viária.

A adoção de critérios técnicos e socioeconômicos, associados à participação popular no processo decisório, constituem o desenho do Projeto e, por fim, justificam a aplicação dos recursos públicos no objetivo proposto na sua concepção.

Para a escolha das rodovias a serem contempladas, a SEINFRA lançará mão de um processo que envolve **3 estágios**, a saber:

A. Identificação e priorização inicial

Consiste na preparação de uma listagem preliminar dos trechos de estradas a passarem por melhorias, o que envolve as comunidades locais. Esse processo se realizará por meio de uma **CONSULTA PÚBLICA**, aplicada em cada município membro dos consórcios selecionados e na qual se espera ampla participação popular, com foco nas comunidades rurais e, especialmente, na participação de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas (caso sejam identificados nos municípios).

A mobilização, divulgação e realização das consultas públicas deverá contar com forte atuação dos consórcios públicos e das prefeituras municipais, conforme indicado no ITEM 2.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

As consultas públicas serão conduzidas pela equipe técnica da SEINFRA e orientadas por regras de participação previamente definidas e divulgadas antes da sua realização, em que se garanta o direito de ausculta a todos que participam e a paridade de sugestões entre os cidadãos. Essas regras compõem o **MANUAL DA CONSULTA PÚBLICA**, apresentado no **ANEXO II** dessa Proposta.

Além dos procedimentos de ausculta e seleção a serem adotados nas consultas, objetos do MANUAL, a SEINFRA garantirá a divulgação prévia dos **critérios técnicos e socioeconômicos** a serem verificados no estágio posterior, de Triagem, deixando claro que a ausculta popular é importante para a identificação do público alvo e das estradas ou subtrechos dessas, mas estarão vinculados à ocorrência de condições preliminares de execução.

O trecho indicado deve possuir os problemas passíveis de solução propostas pelo projeto
Segmento de estrada deve ser conectado a uma estrada funcional disponível ao longo de todo o ano, ou conectar comunidades entre si e/ou à sede municipal
O município participante não ter sido contemplado por obras congêneres pelo PREMAR 2
Trecho de estrada deve favorecer acesso à escola, equipamentos de saúde, serviços de assistência social, serviços de apoio à atividade econômica e iniciativas produtivas cooperadas da agricultura familiar (notadamente apoiadas por programas do Governo Estadual)
Trecho pré-selecionado favorece o escoamento da produção local e/ou incremento ao setor turístico
Priorização de trechos que atendem a comunidades tradicionais, como povos quilombolas e ribeirinhos
O trecho escolhido deve estar localizado integralmente nos limites do município membro

O relatório final de cada consulta pública estabelecerá a primeira lista de estradas, priorizadas através do voto em consulta pública, na qual os seus proponentes apresentarão suas indicações e os critérios objetivos que a orientaram.

B. Triagem e avaliação

Trata-se da revisão dos trechos propostos na consulta pública e verificação do seu atendimento a critérios de viabilidade técnica ou socioeconômicos previamente definidos e divulgados, voltados ao alcance dos impactos esperados pelo Projeto.

A avaliação da rodovia ou subtrecho será executada pela equipe técnica da SEINFRA por meio de vistoria de campo guiada por técnico da prefeitura e/ou morador da comunidade, na qual procederá ao levantamento e identificação georreferenciada dos critérios apontados na consulta pública.

As informações derivadas do levantamento de campo constituirão o relatório final das rodovias a serem selecionadas em etapa posterior, cotejadas em *ranking* com os valores estimados de investimento em cada município.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

C. Ranking (elenco de trechos)

O ranking ou elenco final constitui-se na lista final, por município, das estradas ou subtrechos a serem contemplados com as obras previstas pelo Projeto. Será elaborado e apresentado pela SEINFRA aos consórcios e seus membros e servirá como elemento técnico orientador das licitações para os serviços de projetos/obras.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

ANEXO I

ESCOLHA E CARACTERIZAÇÃO DOS CONSÓRCIOS RELACIONADOS

A OPÇÃO PELOS CONSÓRCIOS SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, BAIXO SUL E CHAPADA FORTE

O Programa PREMAR 2, antecessor do PRO-RODOVIAS e com o qual apresenta complementariedade de ações, executou igualmente um componente de obras em estradas vicinais. Originalmente desenhado com recursos do BIRD e contrapartida estadual, foi posteriormente acrescido de uma proposta aprovada pelo Banco Europeu de Investimentos – BEI de igual valor (US\$ 200 milhões) para aplicações em uma carteira complementar de ações que envolvia investimentos adicionais em reabilitação e manutenção de 3.500km de rodovias pavimentadas, ações de segurança viária e, também, supressão de pontos críticos estradas vicinais nas áreas de três consórcios intermunicipais, no que seria a “FASE B” do PREMAR 2. O acordo com o BEI previa o uso das regras do BIRD para seleção e contratação, uma vez que considerava adequado o arranjo técnico do PREMAR 2 como programa de investimentos no desenvolvimento regional.

À época em que o Programa foi concebido, a escolha dos consórcios baseou-se: na organização técnico-institucional, em um momento em que as instituições estavam recém-formadas; na análise das condições socioeconômicas das regiões a serem contempladas, considerando investimentos em áreas de maior desigualdade; por fim, na complementariedade com os investimentos do Programa na malha rodoviária no entorno desses territórios, por meio dos contratos CREMA.

A impossibilidade de uso dos recursos oriundos do BEI, devido a mudança de critérios, pelo Governo Federal, para a obtenção de empréstimos externos pelos entes subnacionais, frustrou o investimento nos consórcios ora selecionados.

O caráter complementar existente entre PREMAR 2 e o PRO-RODOVIAS, permitiu que o projeto de investimento nas rodovias rurais não pavimentadas partisse de um input pré-definido, contemplando assim os três consórcios em questão.

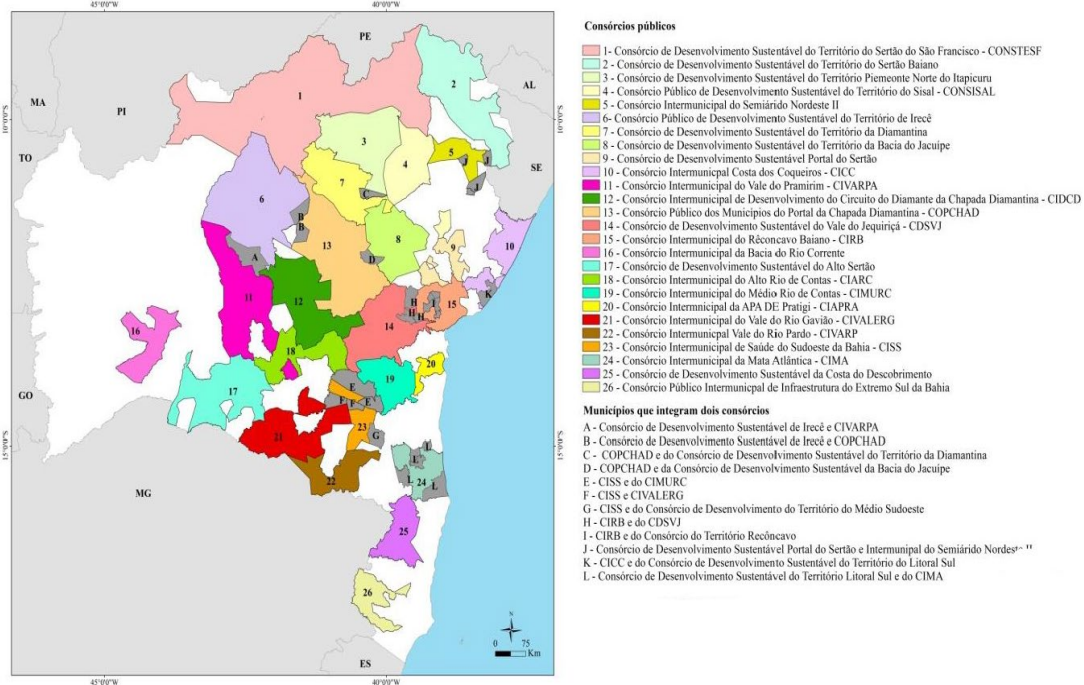
BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CONSÓRCIOS

Os três consórcios contemplados no PRO-RODOVIAS (Baixo Sul, Sertão do São Francisco e Chapada Diamantina) guardam correspondência espacial a Territórios de Identidade do Estado da Bahia e suas peculiaridades podem ser assim sintetizadas de acordo com informações transcritas de documentos produzidos pela SEI-Bahia²:

² https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

Mapa 1. Consórcios Públicos Intermunicipais – Bahia



Fonte: SEPLAN-Bahia

- ✓ **Baixo Sul:** coincidente em localização à área do Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul (CIAPRA), possui clima úmido em toda área, com pequena ocorrência do clima subúmido a úmido em alguns municípios da faixa oeste, como Wenceslau Guimarães e Ibirapitanga. Chove bastante no TI, que registra até 2.500 mm de precipitação, com incidência durante todo o ano. A temperatura média anual está em torno dos 24,5º C, e a deficiência hídrica é quase inexistente. O turismo é um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico do Baixo Sul, sendo esta região denominada pelo Mapa do Turismo Brasileiro como Costa do Dendê. O litoral compreende 115 km de praias, desde a Baía de Camamu, ao sul, até a foz do Rio Jaguaripe, ao norte. Além das belas praias de Guaibim, Taquari, Guaibinzinho, Mucambo, Ponta Grossa e Ponta do Curral, a região abriga ilhas, rios cachoeiras, restingas, manguezais, recifes de corais, que propiciam desde o ecoturismo até aventuras e esportes radicais. Destacam-se como atrações turísticas: Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé, e Ilha de Boipeba, ambas no arquipélago de Cairu; Baía de Camamu; os rios Una, das Almas e Jaguaripe; Cachoeira da Pancada Grande em Ituberá, e Península de Marau. Importantes rodovias federais e estaduais cortam o TI Baixo Sul, como a BA-001 que liga os municípios de Aratuípe, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Camamu e a BR-101, que passa pelos municípios de Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Wenceslau Guimarães e Gandu. Também há outras rodovias estaduais, como a BA-250 e a BA-452, que fazem ligações transversais entre a BR-101 e a BA-001. O TI conta com um

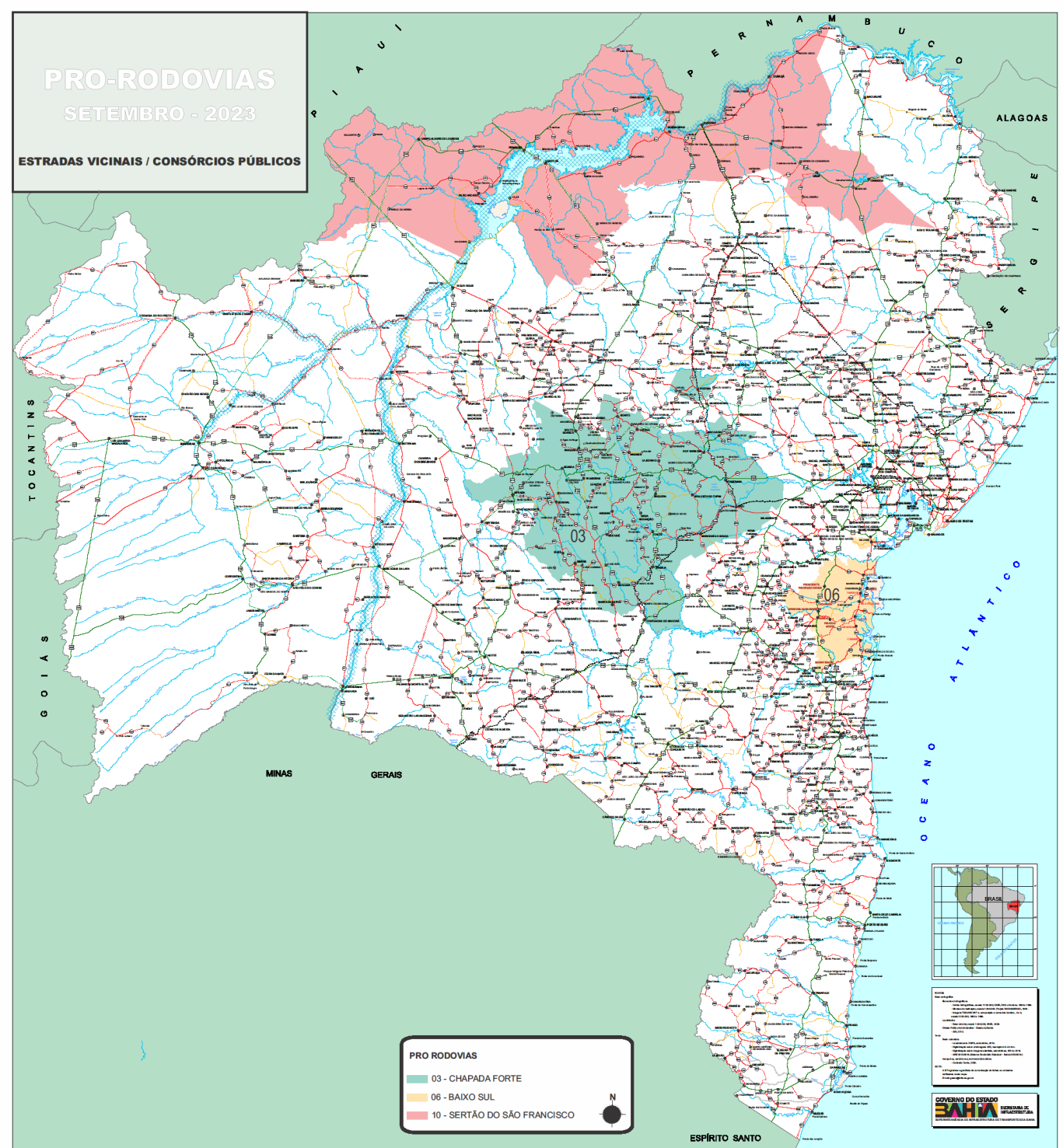
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

aeroporto em nível regional no município de Valença (ICAO), que atende a voos de pequeno porte, como aviões particulares e comerciais, e ainda voos regulares aos sábados pela Azul Linhas Aéreas para o Aeroporto de Viracopos em Campinas, São Paulo.

- ✓ **Sertão do São Francisco:** faz parte da área de abrangência do Semiárido, e todos os municípios estão inseridos na Região Semiárida. Predomina o clima semiárido, especialmente na faixa oeste. Na faixa leste ocorre, além do clima semiárido, o clima árido, e, no município de Pilão Arcado, em sua porção sudoeste, incide o clima subúmido a seco. No TI Sertão do São Francisco passam rodovias estratégicas que ligam a região norte da Bahia à região Nordeste do país. A BR 235 é considerada uma das mais importantes do TI, uma vez que corta o território de forma latitudinal, ligando municípios como Remanso, Casa Nova e Juazeiro, sendo que obras de pavimentação foram iniciadas entre Juazeiro e Uauá. Outra rodovia importante é a BR 407 que liga o território à sede do município de Juazeiro e ao estado de Pernambuco via Petrolina. A rodovia estadual que se destaca no TI é a BA 210, que liga os municípios de Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro. Outros acessos ao TI Sertão do São Francisco podem ser por via fluvial, utilizando a hidrovía do São Francisco, navegando entre os municípios de Pirapora (Minas Gerais) e Juazeiro, onde o porto fluvial fica na proximidade do perímetro urbano. Apesar de inativa, também há a linha férrea sob a concessão da Ferrovia Central Atlântica (FCA) que faz a conexão entre Juazeiro e a capital baiana. A ferrovia precisa de investimentos para voltar a operar, principalmente como alternativa para o escoamento da produção agrícola da região, para exportação via portos de Salvador e Aratu.
- ✓ **Chapada Diamantina:** pertence à área de abrangência do Semiárido, e todos os municípios se enquadram na Região Semiárida. Importantes rodovias cortam o Território de Identidade Chapada Diamantina. A de maior relevância é a BR-242, que cruza o TI horizontalmente, ligando a Chapada Diamantina aos municípios do oeste baiano (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), sendo também via de acesso à BR-116 e, conseqüentemente, a Feira de Santana, Salvador e Região Metropolitana. Há também rodovias estaduais, como a BA-148, ligando Boninal, Piatã, Abaíra, Jussiape e Rio de Contas; a BA-429, que interliga os municípios de Morro do Chapéu, Utinga e Wagner; e a BA-142, ligando Ibicoara, Mucugê e Andaraí à BR-242. A malha ferroviária fica por conta da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que atravessa o território de identidade na altura dos municípios de Iramaia e Marcionílio Souza. Predomina o clima subúmido a seco, com ocorrência do clima semiárido, nas extremidades e área de Boninal, e clima úmido a subúmido, na porção sul. Existem muitas culturas irrigadas nesse trecho mais úmido.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

Mapa 2. Consórcios Públicos Intermunicipais – PRO-RODOVIAS



UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

Quanto aos principais indicadores econômicos e sociais dos consórcios estes podem ser comparados com os números do Estado da Bahia no quadro abaixo. Como é possível perceber, sobretudo nos quesitos de pobreza, desigualdade na distribuição de renda, remuneração média, taxa de analfabetismo e mortalidade infantil as localidades estão em situação pior que aquela registrada na Bahia como um todo.

Quadro 2. Consórcios – Principais Indicadores

INDICADORES	TERRITÓRIO			BAHIA	FONTE
	BAIXO SUL	CHAPADA DIAMANTINA	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO		
População (*)	262.012,00	379.632,00	528.618,00	14.873.064,00	Fonte: IBGE (2019). Cálculos da SEL.
Grau de Urbanização	53,23%	48,37%	63,87%	72,39%	Fonte: IBGE
Densidade Demográfica	48,34	11,11	8,61	27,00	Fonte: IBGE
% Extrema Pobreza	17,70%	24,20%	20,20%	12,50%	Fonte: IBGE (2010). Cálculos da SEL.
Gini	0,5521	0,5566	0,5823	0,5560	Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEL.
Participação no PIB (% Bahi	1,75%	1,42%	2,37%	-	Fonte: IBGE (2018). Cálculos da SEL.
PIB per Capita	11.508,56	9.233,31	11.241,39	19.324,04	Fonte: IBGE (2018)
Rendimento Médio	1.644,60	1.756,94	1.825,07	1.529,00	Fonte: RAIS (2016)
Taxa Analfabetismo	23,56%	20,78%	20,14%	13,60%	Fonte: DATASUS (2016). Cálculos da SEL.
Mortalidade Infantil	19,40%	15,60%	18,30%	15,40%	Fonte: DATASUS (2016). Cálculos da SEL.

* Exclusivamente do Consórcio

Já o quadro inserido no parágrafo seguinte evidencia tanto a participação percentual da agricultura familiar e não-familiar em cada um dos territórios de identidade selecionados quando seu montante em reais, destacando-se a importância dessa atividade sobretudo no TI da Chapada Diamantina e no Baixo Sul.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

Quadro 3. Participação Percentual e Valor da Agricultura Não-Familiar e Familiar por Consórcios

BAIXO SUL			BAIXO SUL		
Estrutura VA agropecuária segundo estabelecimentos			Estimativa VA agropecuária segundo estabelecimentos		
ANO	Não familiar	Familiar	ANO	Não familiar	Familiar
2010	65%	35%	2010	349,7	187,2
2011	66%	34%	2011	390,5	204,8
2012	64%	36%	2012	393,1	213,9
2013	63%	37%	2013	419,0	237,2
2014	63%	37%	2014	414,6	240,7
2015	65%	35%	2015	495,7	266,4
2016	65%	35%	2016	609,1	330,6
2017	62%	38%	2017	390,2	241,8
2018	64%	36%	2018	432,7	242,6
Fonte: Coref/SEI	64%	36%	Fonte: Coref/SEI	432,73	240,57
CHAPADA DIAMANTINA			CHAPADA DIAMANTINA		
Estrutura VA agropecuária segundo estabelecimentos			Estimativa VA agropecuária segundo estabelecimentos		
ANO	Não familiar	Familiar	ANO	Não familiar	Familiar
2010	30%	70%	2010	135,9	317,3
2011	28%	72%	2011	161,0	406,9
2012	27%	73%	2012	98,7	271,2
2013	29%	71%	2013	122,9	313,1
2014	27%	73%	2014	165,3	442,7
2015	28%	72%	2015	184,7	464,6
2016	30%	70%	2016	230,2	531,6
2017	30%	70%	2017	188,1	445,7
2018	29%	71%	2018	185,7	462,6
Fonte: Coref/SEI	28,7%	71,3%	Fonte: Coref/SEI	163,61	406,19
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO			SERTÃO DO SÃO FRANCISCO		
Estrutura VA agropecuária segundo estabelecimentos			Estimativa VA agropecuária segundo estabelecimentos		
ANO	Não familiar	Familiar	ANO	Não familiar	Familiar
2010	59%	41%	2010	265,8	187,0
2011	57%	43%	2011	209,9	157,1
2012	51%	49%	2012	177,2	167,9
2013	50%	50%	2013	179,7	178,9
2014	57%	43%	2014	294,8	218,0
2015	53%	47%	2015	273,6	241,7
2016	56%	44%	2016	323,8	257,4
2017	56%	44%	2017	320,0	248,3
2018	61%	39%	2018	332,6	212,1
Fonte: Coref/SEI	55,6%	44,4%	Fonte: Coref/SEI	264,16	207,60

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

ANEXO II

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA E PRIORIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
(JANEIRO/2025)

CONSULTAS PÚBLICAS – PROCESSO PARTICIPATIVO

O presente documento se destina a descrever os conceitos, etapas e procedimentos a serem adotados pela Secretaria da Infraestrutura do Estado da Bahia nas ações de **identificação, escolha e priorização** das estradas ou trechos de estradas vicinais, assim realizadas por meio de **consultas públicas** nos municípios pertencentes aos consórcios públicos intermunicipais contemplados pelo PRÓ-RODOVIAS.

São previstas intervenções na malha rodoviária vicinal dos **51 municípios** pertencentes aos seguintes **consórcios públicos (consorciados até a data máxima de 30/06/2023)**:

- ✓ Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina (CIDCD) – Chapada Forte;
- ✓ Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco (CONSTESF);
- ✓ Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul (CIAPRA) – Baixo Sul.

O planejamento contempla diferentes etapas de execução, que concorrem igualmente para o seu sucesso:

1. **PREPARAÇÃO**: levantamento preliminar de informações locais e assinatura do Termo de Compromisso com os Consórcios;
2. **IDENTIFICAÇÃO DE TRECHOS**: participação popular por **consultas públicas e priorização por votação**;
3. **ANÁLISE TÉCNICA**: execução de vistoria técnica pela SEINFRA dos trechos selecionados, e definição do elenco final de trechos;
4. **PROJETOS E OBRAS**: contratação dos serviços por modelo RDC (DBM) ou similar, conforme regulamento do BIRD.

A **IDENTIFICAÇÃO DE TRECHOS** tem como objetivo a seleção, de forma participativa, dos trechos rodoviários vicinais a serem contemplados pelas ações do projeto. Visa garantir transparência e assegurar representatividade ao processo de seleção dos trechos de vicinais a serem alvo das intervenções do Programa, assegurando que populações locais e organizações da sociedade civil sejam informadas e opinem sobre as propostas de implantação de infraestrutura da malha viária rural dos municípios.

As consultas públicas serão conduzidas pela SEINFRA, com apoio dos consórcios públicos e representantes do poder municipal. O pressuposto adotado é o de que todo o processo de implementação do projeto seja baseado na ampla divulgação da proposta de investimento em

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

melhoramento da malha vicinal local. São princípios da **consulta pública**:

- ✓ Participação: Todos os interessados têm o direito de participar da discussão pública sobre a melhoria da infraestrutura da malha viária da Bahia. Cabe à SEINFRA promover a participação de todos os grupos de interesse.
- ✓ Impessoalidade: O processo será conduzido sem prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas ou grupos em particular, observada a condicionante do projeto voltada aos povos tradicionais, em especial comunidades quilombolas.
- ✓ Interesse Público: O bem comum é mais importante do que os interesses particulares. O interesse social é maior do que o individual.
- ✓ Legitimidade: A condução da consulta será realizada pela SEINFRA ou por alguma instituição delegada por ato público. O processo deve ser representativo e transparente.
- ✓ Motivação: A administração pública apresentará claramente os fundamentos que embasam a sua recomendação para programar as ações vinculadas para a melhoria da infraestrutura da malha viária da Bahia.
- ✓ Transparência: A divulgação será clara e abrangente. Todos os segmentos interessados serão informados sobre a melhoria da infraestrutura da malha viária da Bahia e sobre a realização da Consulta Pública. Eventuais questionamentos, críticas ou sugestões ao processo deverão ser registrados e acompanhados pela SEINFRA ou seus parceiros.

O projeto destina-se à **supressão de pontos críticos de drenagem** em trechos de estradas vicinais, que impedem ou causam importantes restrições ao tráfego em períodos de chuva, por meio de atoleiros e alagamentos, impedindo assim o trânsito de moradores e produção. Serão adotadas **soluções padronizadas de engenharia**:

- ✓ Substituição de pontes de madeira pouco seguras por pontes de concreto padronizadas ou construção de pontes em pontos aonde não existem;
- ✓ Construção e/ou reconstrução de bueiros e drenagem longitudinal;
- ✓ Construção de passagens molhadas;
- ✓ Eliminação de locais de atoleiro e soluções adicionais a serem definidas como a possibilidade de encascalhamento e selagem sistemáticos/bloquetes/paralelepípedos;
- ✓ Melhoria de greide;
- ✓ Sinalização dos dispositivos implantados e segurança viária.

O objetivo desta fase é obter uma lista das estradas prioritárias com os trechos de estrada a serem reabilitados, com base em critérios previamente definidos:

O trecho indicado deve possuir os problemas passíveis de solução propostas pelo projeto
Segmento de estrada deve ser conectado a uma estrada funcional disponível ao longo de todo o ano, ou conectar comunidades entre si e/ou à sede municipal
O município participante não ter sido contemplado por obras congêneres pelo PREMAR 2

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

Trecho de estrada deve favorecer acesso à escola, equipamentos de saúde, serviços de assistência social, serviços de apoio à atividade econômica e iniciativas produtivas cooperadas da agricultura familiar (notadamente apoiadas por programas do Governo Estadual)
Trecho pré-selecionado favorece o escoamento da produção local e/ou incremento ao setor turístico
Priorização de trechos que atendem a comunidades tradicionais, como povos quilombolas e ribeirinhos
O trecho escolhido deve estar localizado integralmente nos limites do município membro

CONSULTAS PÚBLICAS – PROCEDIMENTOS PARA A AUSCULTA LOCAL

REUNIÕES DE PARTIDA

Antes da consulta pública local, a SEINFRA fará reuniões preliminares com os consórcios intermunicipais e representantes das prefeituras, para apresentar o projeto e receber contribuições. A SEINFRA deverá preparar uma apresentação em vídeo ou *power point* contendo os aspectos essenciais do projeto, tais como: os objetivos gerais e componente do PRO-RODOVIAS, as características da subcomponente de estradas vicinais, valores totais e por município, objetivo das intervenções e soluções propostas, critérios de priorização de rodovias e gestão das consultas públicas.

As reuniões serão realizadas com as pessoas que têm atribuição legal ou designação oficial, por parte das prefeituras e consórcios, para participar do processo. As reuniões devem ser registradas em ata, com assinatura dos participantes, para compor o processo de consolidação da Consulta Pública.

É esperado o levantamento de informações que forneçam importantes subsídios iniciais à preparação da consulta pública, tais como: a identificação das comunidades rurais do município e da presença de organizações tradicionais (indígenas e quilombolas) no território, existência de iniciativas produtivas locais, estimativas demográficas, rotas de transporte escolar e de serviços médicos, localização de unidades escolares e de saúde, dentre outros aspectos. Também, será solicitada a apresentação do rol final de municípios consorciados, considerada a data final de associação em 30/06/2023.

É esperado, ainda, que sejam discutidos e definidos os locais para a realização das consultas em cada município.

Essas reuniões servirão, ainda, para apresentar ao poder local as linhas gerais do TERMO DE COMPROMISSO que deverá formalizar a adesão dos consórcios e prefeituras ao projeto.

MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

A organização e agenda prévia da Consulta Pública é **atribuição da SEINFRA**, em conjunto com agentes das prefeituras e consórcios.

A divulgação do evento e a disponibilidade do local adequado à sua realização **serão de responsabilidade dos Consórcios Públicos e das prefeituras municipais**, após assinatura do **TERMO DE COMPROMISSO**, utilizando-se dos seguintes procedimentos, dentre outros:

- ✓ Anúncio das Reuniões: Serão usadas faixas e cartazes, fixadas em locais de grande circulação. As assessorias de imprensa das instituições parceiras poderão ajudar a veicular a notícia da consulta em rádios, jornais e programas de televisão da região. Artigos e reportagens nos meios de comunicação enriquecem o debate e ajudam a divulgar.
- ✓ Mobilização: Serão contatadas diretamente as lideranças locais, os agentes comunitários e as instituições locais (as prefeituras, os sindicatos, a sociedade civil organizada etc.), para apoiar a divulgação e a mobilização para a plenária. Será enviado previamente, sempre que possível, uma equipe ao campo para atuar na mobilização.
- ✓ Visitas às Comunidades Locais: Se houver comunidades na área de influência da estrada vicinal, é essencial visitá-las para informar-lhes a proposta de melhoria da infraestrutura da malha viária e como serão distribuídos os recursos para melhoramento da eficiência dos serviços públicos.
- ✓ Uso de mídias sociais institucionais e/ou em parceria com organizações sociais locais.

Para subsidiar e qualificar o processo participativo, junto às peças de divulgação poderá ser disponibilizado material informativo, tais como mapas das estradas vicinais, roteiros do transporte escolar, localização de unidades de saúde, dentre outros que sejam orientadores de uma decisão coletiva na plenária.

É preciso frisar que o **processo de divulgação do evento necessita assumir caráter amplo, sendo direcionado tanto ao público geral do município quanto a segmentos específicos da sociedade que podem ser considerados beneficiários diretos do programa**, como pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, comunidades rurais, povos tradicionais (especialmente quilombolas), dentre outros que sejam identificados pela administração local. **A divulgação das consultas na mídia, por fim, deve ser sistematicamente documentada e comprovada mediante áudios, gravações de transmissões televisivas, cópias de publicações em blogs, carros de som, jornais locais ou outros meios de comunicação.**

QUEM É O PÚBLICO ALVO? A população beneficiada é composta pelos residentes e usuários da malha viária rural ou do seu entorno e, subsidiariamente, moradores da área urbana do município contemplado. A identificação desse público-alvo será feita com base no levantamento realizado para a identificação da malha viária municipal. Também é possível obter informações sobre a população local nas prefeituras, nas organizações comunitárias, nos sindicatos e nas ONGs. Considerando que o PRÓ-RODOVIAS buscará adotar ações que mitiguem restrições decisórias ou profissionais às mulheres, esse público deverá ter prioridade nas ações de divulgação das consultas, sendo esperada grande participação desse segmento.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: Nos casos em que for verificada a existência de comunidades tradicionais, especialmente quilombolas no município pertencente ao consórcio intermunicipal ou, naquelas situações em que dois ou mais municípios abrigam comunidades dessa natureza em suas áreas, estas deverão receber tratamento especial na distribuição dos recursos previstos para a municipalidade, devendo ser consultadas para fins de priorização dos trechos de acordo com suas necessidades particulares e com os princípios estabelecidos no Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial. As comunidades das Terras Indígenas identificadas na região abrangida pelo Projeto serão objeto de consulta específica para a identificação das suas prioridades.

POR QUE ESCLARECER PREVIAMENTE A POPULAÇÃO SOBRE A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA MALHA VIÁRIA E MELHORAMENTO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS? O esclarecimento prévio evita que informações distorcidas influenciem a comunidade local a ficar contra a implantação da melhoria da infraestrutura da malha viária e entender como será o melhoramento da eficiência dos serviços públicos.

É PRECISO FAZER REUNIÕES PÚBLICAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS? Serão realizadas Consultas Públicas em todos os Municípios dos Consórcios selecionados na área de abrangência do PRO-RODOVIAS, os quais serão contemplados com obras de melhorias na malha viária através da implantação de consórcios municipais.

REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

AGENDA PARA AS PLENÁRIAS. Os horários de início e de término das atividades serão divulgados com antecedência para que os participantes possam programar a sua permanência no local.

30 minutos	Abertura, incluindo composição da mesa de autoridades e segmentos locais representados.
20 minutos	Apresentação do detalhamento do componente ESTRADAS VICINAIS pela SEINFRA
60 minutos	Eleições dos trechos
15 minutos	Apresentação de Resultados

COMO REALIZAR A PLENÁRIA? As reuniões públicas irão contar com representantes do poder público nas esferas estadual e municipal e dos consórcios intermunicipais e serão conduzidas pela SEINFRA, que é a responsável pela consulta pública, podendo contar com o apoio de outros órgãos governamentais e da sociedade civil.

PERFIL DA EQUIPE. A equipe que conduzirá a plenária e eventuais trabalhos nos grupos deverá

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

possuir um perfil que tenha amplo domínio acerca do Projeto para estradas vicinais, agregue conhecimento sobre região e o público participante, possua o máximo de isenção em relação aos conflitos locais e o preparo para a resolução de conflitos. Será composta e liderada por servidores efetivos da SEINFRA e consultores associados, com suporte de pessoal do consórcio e prefeituras para solução de dúvidas sobre aspectos locais das rodovias (localização, pontos de referência, trajetos, dentre outros).

MATERIAL DE APOIO. Entre os materiais de apoio recomendáveis para a reunião pública, devem constar:

- ✓ Mapas grandes (100 x 80 cm), apresentando as estradas vicinais no Município. O mapa pode conter também indicações dos rios principais, estradas e localização das comunidades;
- ✓ Computador, projetor digital portátil (Data Show) e tela de projeção;
- ✓ Equipamento fotográfico digital para o registro da reunião;
- ✓ Lista de presença para registro dos participantes.

LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DA PLENÁRIA. O local onde se realizará a consulta pública deverá ser indicado pelo poder local, com apoio do consórcio intermunicipal. Por característica, deverá ser de amplo conhecimento local e em local de fácil acesso por qualquer meio de deslocamento, preferencialmente um prédio público na sede municipal. Deve possuir capacidade de abrigar com conforto o público estimado para a plenária e ser dotado de acessibilidade e boas condições físicas e sanitárias. É esperado que detenha estrutura para projeção do material da consulta pública a ser apresentado pela SEINFRA.

APRESENTAÇÃO DE SLIDES. O material a ser apresentado pela SEINFRA, na condução da consulta pública, será estruturado com os seguintes elementos:

- ✓ Projeto: descrição do PRÓ-RODOVIAS, contendo:
 - Valor total do Projeto;
 - Descrição dos Componentes e subcomponentes;
- ✓ Descrição do subcomponente Estradas Vicinais do PRÓ-RODOVIAS;
 - Quais obras são elegíveis e inelegíveis dentro deste subcomponente;
 - Valor total dos recursos;
 - Apresentações de quais municípios estão inclusos;
 - Valor estimado para o município sede da consulta;
 - Como foi feita a distribuição desses valores por município;
 - Fases e prazos estimados para início das obras na região do consórcio.
- ✓ Apresentação do Mapa das Vicinais do Município;
- ✓ Descrição das características das consultas públicas e de sua importância através da tomada de decisões por meio da população;

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

- ✓ Procedimentos para a escolha de trechos e para a votação.

AUSCULTA DA POPULAÇÃO. De forma organizada, será aberta aos presentes a opção de manifestar-se individualmente quanto a dúvidas e, enfim, aos trechos sugeridos para intervenção e sua priorização por voto aberto.

- ✓ Perguntas da população, realizadas e respondidas de forma oral e em público;
- ✓ Registro e priorização dos trechos por votação da maioria, em painel aberto e disponível ao acompanhamento de todos;
- ✓ Registro das escolhas e de todo o evento através de ata;
- ✓ Assinatura dos membros da mesa na Ata da consulta pública;
- ✓ Agradecimentos.

FORMATAÇÃO DO PRODUTO FINAL DESEJADO (LISTAGEM DAS VICINAIS). O produto desejado ao final do processo das consultas públicas será o elenco de trechos vicinais escolhidos pela população, no qual devem ser contidas as seguintes informações: a) nome da vicinal; b) trecho; c) indicação no mapa; d) escala de grandeza (grau de prioridade).

REGISTRO DA CONSULTA PÚBLICA E DOCUMENTAÇÃO FINAL

Todo o processo da Consulta Pública será documentado. Convites, pareceres, formulários apresentados no período da consulta pública, laudos, solicitações e outros documentos relativos à consulta, serão organizados, pois poderão ser úteis, em casos de questionamentos legais sobre a validade do processo.

A Consulta Pública será registrada em ata, que será redigida durante a plenária. O documento será assinado pelo relator e pelos componentes da mesa, sendo que uma cópia deve constar no dossiê da consulta no Município. Será registrado na ata os trechos de rodovias vicinais indicados e número de votos por rodovia priorizada. Constará da Ata:

- ✓ Local, dia e horário de realização da reunião;
- ✓ Relação das pessoas que compõem a mesa;
- ✓ Pontos de pauta a discutir;
- ✓ Nome das pessoas e instituições que se expressarem, relatando as informações e as sugestões apresentadas;
- ✓ Incidentes ocorridos na sessão (protestos, apoios, etc);
- ✓ Documentos entregues à mesa durante a reunião (abaixo-assinados, estudos etc);
- ✓ Resultados de votação;
- ✓ Nome do relator e horário do término da reunião.
- ✓ A lista de presença será preenchida e assinada à medida que os convidados chegarem.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

Atenção: Todos os documentos apresentados pelos participantes devem ser anexados à ata, devendo ser assinados pelos seus autores ou pelas pessoas que os entregaram à presidência da reunião.

Tudo isso também deverá compor o dossiê de escolha da malha viária a ser escolhida pela comunidade. O receptor dessa documentação irá devolver um comprovante de que o documento foi recebido pela mesa, bastando assinar e datar uma de suas cópias. Se disponível carimbo, este deverá ser usado.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO
PROGRAMA PRO-RODOVIAS
SEINFRA/UCP PRO-RODOVIAS

MODELO DE CONVITE (PANFLETO OU CARD PARA REDE SOCIAL)

CONVITE

A PREFEITURA DE XXXXXXXXXXXXXXXX, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO, REALIZARÁ **CONSULTA PÚBLICA** PARA A ESCOLHA DE ESTRADAS VICINAIS DO NOSSO MUNICÍPIO, QUE DEVERÃO RECEBER OBRAS VOLTADAS À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO.

ESSAS OBRAS SERÃO REALIZADAS COM RECURSOS DO BANCO MUNDIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA PRO-RODOVIAS, DO GOVERNO DO ESTADO.

A INDICAÇÃO E A ESCOLHA DESSAS ESTRADAS SERÃO FEITAS PELA PRÓPRIA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE A POPULAÇÃO RESIDENTE NAS COMUNIDADES RURAIS.

ASSIM **CONVIDAMOS** OS MORADORES DAS **COMUNIDADES RURAIS** A PARTICIPAREM DA **CONSULTA PÚBLICA**:

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES

DATA: QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2023

HORA: DAS 09:30H ÀS 12:30H

CONTAMOS COM A SUA PRESENÇA!